



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MELÂNIA TOMÁS BAPTISTA DE SOUSA

**AS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA: ANÁLISE DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA
O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO DO ENSINO SUPERIOR (2003-2016)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

MELÁNIA TOMÁS BAPTISTA DE SOUSA

**AS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA: ANÁLISE DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA
O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO DO ENSINO SUPERIOR (2003-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI, vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês (IHLM), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S697r

Sousa, Melânia Tomás Baptista de.

As relações Brasil-Angola : análise da cooperação sul-sul para o desenvolvimento no campo do Ensino Superior (2003-2016) / Melânia Tomás Baptista de Sousa. - 2020.

50 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

1. Angola - Relações exteriores. 2. Brasil - Relações exteriores. 3. Educação - Cooperação internacional. I. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Estudos de caso. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.810673

MELÂNIA TOMÁS BAPTISTA DE SOUSA

**AS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA: ANÁLISE DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA
O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO DO ENSINO SUPERIOR (2003-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI, vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês (IHLM), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data de aprovação: 29/10/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Joyce Amancio de Aquino Alves

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Á minha mãe e irmãos. A família sempre se constituiu a base de tudo na minha vida, sem eles não seria possível chegar até aqui. Agradeço por todo apoio e incentivo que recebi da parte deles durante a minha trajetória, não é fácil sair do seu país, deixar família e amigos em busca de um sonho, mas hoje posso dizer que valeu a pena, sem eles eu não conseguiria. Aos meus amigos que se tornaram minha família, me acolheram, ajudaram a tornar possível este momento. Sou muito grata a todos eles, acima de tudo sou grata a Deus, que me deu força coragem e me ajudou a não desistir, colocando pessoas na minha caminhada que me acolheram toda vez que me sentia cansada e desencorajada! O meu muito obrigada a todos(as).

RESUMO

O Brasil tem se apresentado como um dos principais parceiros estratégicos de Angola, conseqüentemente a relação entre os dois países tem se fortificado cada vez mais em diversos setores. No campo da educação, especificamente no ensino superior, há a criação e fortalecimento de programas de pós-graduação. Tais programas revelam em certa medida o estado de cooperação no campo do ensino superior entre os dois países, destacando-se o fortalecimento do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O fio condutor desta monografia é a análise dos acordos feitos entre Angola e Brasil na área do ensino superior, destacando, sobretudo as políticas mais recentes dos oito anos do governo Lula que deram continuidade ao projeto nacional brasileiro de se tornar um país não apenas influenciador, mas principalmente formador das jovens mentes angolanas deslocadas para cá. Dentre as experiências escolhidas para serem estudadas estão o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sendo que das duas, a UNILAB se configura como o principal objeto de estudo desta monografia por se constituir no programa mais recente de intercâmbio entre os dois países. Com isso, pretende-se avaliar critérios, etapas e dinâmicas dos processos de seleção de estudantes angolanos que atualmente estão vinculados ao quadro discente da UNILAB. A análise desses dois programas de internacionalização do ensino superior brasileiro e angolano partiu da avaliação dos critérios, das etapas e das dinâmicas dos processos de seleção de estudantes africanos, de modo geral, e angolanos, em particular, para as referidas universidades federais no Brasil; por outro lado, foram realizadas entrevistas informais e semiestruturadas com a referida comunidade discente contemplada com o PEC – G e com a UNILAB. Por outro lado, e com base no método investigativo exploratório-qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de dados coletados em endereços eletrônicos oficiais do governo brasileiro e em bibliografias pertinentes ao tema.

Palavras-chave: Angola - Relações exteriores. Brasil - Relações exteriores. Educação - Cooperação internacional. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Estudos de caso.

ABSTRACT

Brazil has presented itself as one of Angola's main strategic partners, and consequently the relationship between the two countries has been increasingly strengthened in several sectors. On education, specifically in higher education, there is the creation and strengthening of postgraduate programmes. These programmes reveal to some extent the state of cooperation on higher education between the two countries, in particular the strengthening of the Students Graduate Programme (PEC-G) and the creation of the University of International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). The main thread of this monograph is the analysis of the agreements made between Angola and Brazil on higher education, highlighting above all the most recent policies of the eight years of the Lula government that gave continuity to the Brazilian national project of becoming a country not only influential, but mainly a trainer of the young Angolan minds displaced here. Among the experiences chosen to be studied are the Graduate Student Program (PEC-G) and the International University for the Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). The aim is to evaluate the criteria, stages and dynamics of the selection processes of Angolan students who are currently linked to UNILAB's student body. The analysis of these two internationalization programs of Brazilian and Angolan higher education started from the evaluation of the criteria, stages and dynamics of the selection processes of african students, in general, and angolans in particular, for the referred federal universities in Brazil; on the other hand, informal and semistructured interviews were conducted with the student community contemplated with the PEC-G and UNILAB. On the other hand, and based on the exploratory-qualitative investigative method, the research was developed based on data analysis collected from official websites of the brazilian government and from bibliographies relevant to the topic.

Keywords: Angola - Foreign affairs. Brazil - Foreign affairs. Education - International cooperation. University For The International Integration of Afro-Brazilian Lusophony - Case Studies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CID- Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola
- IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
- INAGB- Instituto Nacional de Gestão de Bolsas
- MEC- Ministério da Educação
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MRE- Ministério das Relações Exteriores
- ONU- Organização das Nações Unidas
- PEC/G- Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
- PEC/PG- Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
- PEI- Política Externa Independente
- PIB- Produto Interno Bruto
- PROUNI- Programa Universidade para Todos
- PT- Partido dos Trabalhadores
- REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- RU- Restaurante Universitário
- SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
- UFC- Universidade Federal do Ceará
- UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola
- ZOPACAS- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Cooperação Sul - Sul uma cooperação horizontal para o desenvolvimento?....	14
1.1 Uma breve visão histórica das relações Brasil e Angola.....	17
2. Políticas públicas de ensino superior no Brasil	27
3. Políticas públicas do ensino superior em Angola.....	29
3.1 Cooperação educacional no ensino superior Brasil – Angola.....	31
3.2 Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)	32
4. Processo de criação do projeto UNILAB.....	37
4.1 Estudantes africanos na UNILAB: vivências e desafios.....	39
Considerações finais.....	46
Questionário.....	47
Referências.....	48

Introdução

Considerando as pressões internacionais em busca de desenvolvimento, pautadas no sistema capitalista, sistema esse que tem se instaurado significativamente nas relações internacionais e, conseqüentemente, regido a dinâmica de tais relações, os Estados vêm-se desafiados a criar estratégias de cooperação para as suas próprias subsistências, buscando assim uma estabilidade nas relações multilaterais e bilaterais com os outros países. Nesse âmbito, o Brasil na sua reorientação política tem direcionado alguns esforços políticos voltados para o cenário Sul-Sul visando um estreitamento nas relações com países vizinhos e não só; esses esforços políticos que o Brasil tem desenvolvido contemplam não apenas países da América Latina, mas também países da África, especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

No que diz respeito especificamente aos convênios educacionais entre o Brasil e os PALOPs, estes se instituíram através de uma ação diplomática pioneira estabelecida a partir do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), órgão vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Itamaraty (TCHAM, 2012 p. 10). Segundo Reis (2010), essas duas instituições foram responsáveis por inaugurar o estabelecimento de redes de intercâmbio entre as instituições de ensino superior brasileiro e os PALOPs. Isso conduziu a uma ampliação da cooperação educacional brasileira, antes voltada principalmente para países latino-americanos, agora passando a beneficiar também países africanos.

No caso de Angola, as relações de cooperação com o Brasil tiveram sua gênese no período anterior à independência de Angola ocorrida em 1975 e antes mesmo de sua integração ao quadro dos PALOPs. Portanto, as relações entre Angola e Brasil não se sustentam apenas pelo fato de Angola pertencer aos PALOPs, pois se sabe que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, e como já era esperado isso não foi fruto de mera bondade do Estado brasileiro, já que o *modusoperandi* das relações políticas internacionais envolvem trocas. Uma das razões foi “a necessidade de abrir novos mercados de exportação para os produtos industrializados” (PINHEIRO, 2007 p. 84). Mais adiante se fará uma breve ampliação dessa discussão sobre as bases iniciais das relações de cooperação que por ora menciono. Apenas adianto que os acordos bilaterais no campo do ensino superior principalmente, foram se estendendo para os países africanos, como Angola especificamente a partir da década de 1960 e desde então vários acordos e convênios vem sendo testados e por vezes implantados, como foi e continua sendo o caso do Programa Estudantes-Convênio de

Graduação (PEC-G), atualmente vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Brasil.

Vale aqui ressaltar que esses acordos já se tinham efetivados com os programas PEC-G e PEC-PG. Assim, é possível situar a criação da UNILAB como um aprofundamento desse amplo processo de estabelecimento de acordos de cooperação entre Brasil e os países africanos no campo do ensino superior. A UNILAB se constituiu até o presente ano de 2020 como sendo o mais recente projeto brasileiro de cooperação internacional com os PALOPs, sendo ela um dos principais meios de viabilização dessa cooperação no campo do ensino superior.

De antemão, considera-se aqui a ideia de que a relação entre os dois Estados tem trazido resultados notórios e benéficos para a comunidade angolana que escolhe fazer a formação superior no Brasil, apesar das variadas dificuldades encontradas no decorrer desse processo, dificuldades que serão destacadas mais adiante.

O fio condutor desta monografia é a análise dos acordos feitos entre Angola e Brasil na área do ensino superior, destacando sobretudo as políticas mais recentes dos oito anos do governo Lula que deram continuidade ao projeto nacional brasileiro de se tornar um país não apenas influenciador, mas principalmente formador das jovens mentes angolanas deslocadas para cá.

Dentre as experiências escolhidas para serem estudadas estão o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sendo que das duas, a UNILAB se configura como o principal objeto de estudo da presente monografia por se constituir no programa mais recente de intercâmbio entre os dois países. Com isso, pretende-se avaliar critérios, etapas e dinâmicas dos processos de seleção de estudantes angolanos que atualmente estão vinculados ao quadro discente da UNILAB.

Seu objetivo geral constitui-se em analisar os acordos assinados entre Angola e Brasil na área educacional, especificamente aqueles que orientam os regimes de cooperação no ensino superior, bem como os contextos históricos e sociais que suscitaram tais relações de colaboração mútua. Por outro lado, objetiva-se também com este estudo identificar o principal programa de cooperação no âmbito do ensino superior estabelecidos entre Angola e Brasil, especialmente o Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), avaliar ainda quais são os critérios, as etapas e as dinâmicas dos processos de seleção de estudantes angolanos da UNILAB, visando-se o exame dos resultados obtidos por seus estudantes. Por

fim, objetiva-se investigar os desafios relacionados à permanência de estudantes angolanos selecionados pela UNILAB, no processo de formação, visando perceber as principais dificuldades por eles enfrentadas.

No que se refere ao processo metodológico, esta pesquisa utiliza - se do método qualitativo, tendo em vista que este método permite uma maior aproximação com o objeto de pesquisa. Guerra (2014) argumenta que alguns estudiosos do campo das ciências sociais e das humanas acreditam que as abordagens quantitativas já não seriam satisfatórias, desse modo fez-se necessário incluir técnicas qualitativas para geração de novos conhecimentos científicos.

Para tanto, a presente pesquisa se realizou a partir dos seguintes passos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre a temática aqui abordada e a realização de entrevistas em pesquisas de campo, identificando o perfil dos sujeitos. Assim, após desenvolver a pesquisa exploratória de diferentes estudos acerca da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento na área do ensino superior, falo da presença dos estudantes angolanos na UFC vindos pelo PEC-G, aprofundando meu estudo nos estudantes angolanos na UNILAB.

Por outro lado, esta monografia segue o modelo de entrevistas com grupos focais. O grupo focal representa uma fonte que intensifica o acesso às informações acerca de um fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade (BACKES, COLOMÉ, ERDMANN, LUNARDI, 2011, p. 2). Através deste método foi feita uma roda de conversa com os estudantes da Unilab, onde colocou-se algumas questões, uma delas foi: entender quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o processo seletivo na Unilab? E os mesmos debatiam entre si, apresentando assim cada um o seu ponto de vista a partir de sua própria experiência.

Os primeiros estudantes que chegaram na UNILAB em 2011 até mais ou menos 2015 disseram “nós enfrentamos muitas dificuldades tanto financeiras quanto com as passagens, e quando chegamos no Brasil a situação ficou mais complicada, se deparar com o preconceito e as vezes algumas situações de racismo foi muito difícil. A cidade teve muita dificuldade em aceitar os africanos, lembro que quando chegamos tivemos momentos constrangedores, e nos fizeram perguntas inapropriadas do tipo, vocês vieram de barco? É verdade que no vosso país vocês dormem nas arvores? Vocês têm o leão como animal de estimação?” era muito desconfortável, sem contar que a própria cidade não tinha estrutura, como pontos de lazer, por exemplo.

Os estudantes que chegaram entre 2016 e 2019 responderam o seguinte:

Foi muito difícil chegar até aqui, desde o processo das compras das passagens, até o momento de tratar os documentos, não termos suporte nenhum para efetivação dos mesmos, as passagens são muito caras, não tem divisas, foi muito difícil. Alguns dos nossos colegas chegaram a desistir do processo por conta dessas dificuldades. Mas não encontramos muita dificuldade no que se refere à interação com os brasileiros, apesar de às vezes acharem que todos os estudantes negros/pretos que estão aqui na Bahia são angolanos, e se referirem a África como um país.

Ao exporem a dificuldade crescente de sair de Angola para vir ao Brasil nos últimos anos, o processo foi dificultado cada vez mais por questões burocráticas, a obtenção e regularização da documentação de viagem tornaram-se mais difícil, o valor da passagem de avião foi muito mais encarecido.

No entanto, sair de Angola para estudar no Brasil, deixou de ser um caminhar em direção a realização de um sonho, tornou-se um movimento de resistência, passou a traduzir “valentia” por conta das dificuldades do processo e as incertezas que o mesmo suscita, considerando que ao chegar a terras brasileiras muitos têm de enfrentar o desamparo do seu país de origem (Angola) não tendo lugar para se instalar num primeiro momento, sendo posteriormente amparados pela Unilab com o seu programa de suporte e acolhimento aos estudantes estrangeiros que envolve também a mediação na obtenção e regulação de documentos junto a Polícia Federal-(PF).

Além destes estudantes acima referidos, fez-se também entrevista com outros estudantes que já regressaram para Angola, ao todo foram cinco estudantes. A entrevista foi feita pela rede social (WhatsApp), colocou-se as mesmas questões debatidas pelos estudantes que ainda estão em formação na Unilab. O objetivo dessa entrevista foi de entender e mapear a evolução social e estrutural da Unilab e das cidades em que seus campi se encontram a partir do olhar desses egressos, assim como entender a percepção dos mesmos quanto ao envolvimento do Estado angolano no início do projeto e no desenrolar do mesmo, buscando compreender se a atenção dada ou não, aos estudantes na primeira entrada é igual a que se vivencia no contexto atual.

De acordo com esses estudantes: “o governo angolano precisa criar uma política que acolhe os estudantes que saem de Angola para estudar no Brasil, especialmente os estudantes da Unilab e que a Unilab não tem sido falada praticamente por nenhum deles, não sei se posso considerar isso uma falta, disse uma das entrevistadas, visto que não temos que esperar o governo fazer alguma coisa para que a Unilab seja conhecida, esse trabalho deve partir de nós mesmo.

É importante aqui destacar que por falta de materiais disponibilizados nos principais órgãos portais de informação como: Ministério das Relações Exteriores de Angola, tornou-se difícil a evidência de alguns dados nesta monografia, bem como a falta de trabalhos escritos a partir da visão dos angolanos sobre o tema.

Dito isto, a presente monografia trata das questões históricas e diplomáticas do Brasil com Angola, sendo que em uma primeira instância estarei abordando, de uma forma geral, algumas políticas de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento com a finalidade de estudar os acordos educacionais entre Brasil e Angola, no campo do ensino superior. No segundo ponto, abordo a formação histórica do Programa de Estudantes – Convenio de Graduação PEC-G e a UNILAB, tratando do contexto de sua criação e de seu processo seletivo. No terceiro ponto abordo as vivências dos/as estudantes universitários/as angolanos/as, enfocando os seus desafios e as suas dificuldades com relação à adaptação e às relações que vão se construindo com outras nacionalidades, especialmente com os/as brasileiros/as.

Portanto, vale ressaltar que este trabalho surge como continuidade de uma proposta de pesquisa que foi apresentada na minha formação do curso de bacharelado interdisciplinar em humanidades. Por se tratar de um tema muito pertinente, torna-se relevante um estudo sobre as relações Brasil-Angola no campo do ensino superior. Apresentando algumas discussões sobre as relações bilaterais entre os dois países e algumas teorias das Relações Internacionais que discutem o tema em questão.

1. Cooperação Sul-Sul: uma cooperação horizontal para o desenvolvimento?

A cooperação para o desenvolvimento pode ser definida como um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, ou seja, um conjunto de normas difundidas/prescritas por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo (MILANI 2012).

Afirma-se que a cooperação para o desenvolvimento sugere um crescimento das sociedades cooperantes. Porém, podem-se levantar aqui as seguintes questões: até que ponto a cooperação gera desenvolvimento para os países envolvidos? Será que esse desenvolvimento é dado em pé de igualdade? Assim como muitos são os benefícios para quem decide cooperar, não podemos cair num negacionismo, tentando negar a realidade que essas cooperações nem sempre beneficiam de igual forma os envolvidos. E, falando em desenvolvimento, pode ser aplicado em muitos contextos como políticos, econômicos, militares, entre outros.

Mas o desafio deste trabalho é levar a reflexão sobre o desenvolvimento no contexto africano, baseado nessas relações de cooperação, considerando que é um continente que foi marginalizado na visão internacional e que muitos dos seus países alcançaram suas independências recentemente, e ainda estão se recuperando dos percalços da colonização. Essas nações ainda necessitam de reparações em suas estruturas que foram destruídas com a colonização e a guerra civil que muitos desses países enfrentaram, das quais só se viram independentes recentemente. Na perspectiva de Ayllón (2007, p. 25) “os benefícios da cooperação podem ser importantes para os beneficiários, mas muitas vezes são ainda mais para os países doadores que garantem benefícios comerciais”.

Para Ayllón (2007, p. 26), os países que decidem fazer parte de uma cooperação sendo doadores acabam sempre mais beneficiados dessa cooperação com relação aos que recebem. Ou seja, ao se estabelecer relações de cooperação, as partes constituintes devem fazer uma análise apurada dos possíveis ganhos e eventuais perdas, no entanto, dificilmente se estabelece termos igualitários. Essas cooperações são marcadas por uma predominância, ainda que futura, em termos de ganhos do país que se predispõe a oferecer “ajuda” em relação a quem recebe a “ajuda”. Nessa perspectiva Munhos (2017, p. 82) afirma que:

Dentro das relações sul-sul no âmbito do desenvolvimento, faz-se necessário o cumprimento do pressuposto hegemônico de uma única visão de desenvolvimento, que é baseada no contexto capitalista extrativista.

Numa tentativa de diálogo com Munhos (2017), Ramos (2006) corrobora e amplia esse olhar ao apontar condições para o estabelecimento de relações de cooperação, pois no seu entender “uma das condições necessárias para que haja cooperação é a existência de interesses compartilhados” (RAMOS, 2006, p. 12). Entretanto, sabe-se que interesse compartilhado não constitui o principal fator para que os Estados cooperem, pois determinadas relações cooperativas são estabelecidas a partir de interesses desiguais, mediados por trocas. Por isso, ela complementa o seu olhar argumentando que “mesmo que os autores compartilhem

interesses comuns, não é suficiente, porque podem não ter ajustes de política e isso levaria a discórdia e não a cooperação” (RAMOS, 2006, p. 12).

Para tentar explicitar as ambiguidades das relações de cooperação, Neto (2014, p. 119) apud CARR (2001, p.5) procura diferenciar cooperação de harmonia. Segundo seus argumentos, nesses casos não há coordenação de política; apenas uma consciência automática de interesses. A discórdia por sua vez constitui-se na situação em que os governos veem as políticas uns dos outros como entraves para a realização de seus próprios objetivos. Para ele, relações de cooperação não precisam necessariamente que os países tenham uma relação cordial, sendo que dentro de uma cooperação entre os Estados, o que realmente importa são os interesses que cada um tem dentro dessa relação.

Atendo-se um pouco sobre as marcas dessa cooperação de desenvolvimento, Milani (2012, p. 15) entende que enquanto outrora a ideia de desenvolvimento estava associada apenas ao PIB de um país, hoje se pode ver que vai além, desde as estruturas basilares como o saneamento, educação e saúde até aspectos de infraestrutura. Destaco aqui a educação, não por ser mais importante que outros aspectos como saúde e saneamento básico, mas por fazer parte do objeto de estudo desta abordagem, afirma que a mesma serve como uma âncora para o crescimento e desenvolvimento de qualquer país. Sendo assim, muitos são os países que apostam na educação e aplicam políticas para integração de jovens ao sistema de ensino, garantindo assim a inclusão dos mesmos no mundo acadêmico, políticas essas que beneficiam desde os que vêm de classe média até os que vivem em situações econômicas mais vulneráveis.

Segundo Leite (2011, p. 22), “os países encontram-se assimetricamente situados na dependência dos fatores, o que proporciona alguma ascendência maior sobre os demais”. Os menos dependentes dispõem da possibilidade de converter as relações interdependentes assimétricas em fontes de poder na negociação sobre um ou mais temas, permitindo-lhes um controle maior sobre os resultados. Ou seja, aquele que detém o poder dita as regras do jogo dentro das negociações, países que mais independem dentro de uma negociação têm mais poder do que aqueles que menos doam.

Ao analisar o conceito de desenvolvimento devemos ter um olhar crítico, principalmente quando esse termo é observado a partir dos pressupostos do ocidente. Podemos também observar nessa análise que não podemos falar de desenvolvimento sem falar de educação, sendo que a mesma é a base para uma sociedade sólida garantindo mentes inovadoras e jovens promissores capazes de levar uma nação ao nível mais alto de educação,

garantindo assim mentes criativas, com olhares críticos ao novo cenário político que vem se estruturando dentro de uma sociedade que tem se revelado cada vez mais capitalista no sistema global.

As relações internacionais sempre foram marcadas por momentos de tensões/conflitos, mas ainda assim os Estados compreendem que a cooperação se faz necessária para o crescimento econômico e político de uma nação, entendendo que nenhum Estado cresce se estiver totalmente isolado dos outros. A velha máxima “*ninguém é uma ilha ou nenhum homem é uma ilha*”, vale também para os Estados. No cenário mundial nenhum Estado é uma ilha.

Vale aqui ressaltar que a concepção de Estado só se deu com a Paz de Vestefália em 1648, onde começaram os acordos que fundamentaram a autoridade dos Estados, que se tornaram soberanos e independentes. Até então os únicos Estados considerados soberanos eram os europeus, esses eram os únicos com legitimidade para assinar acordos.

Dentro dos debates teóricos das relações internacionais, as discussões passam pelos processos contínuos dos debates de cooperação entre os Estados, entender porque os Estados cooperam e quais são os benefícios que os mesmos têm quando decidem cooperar, com base em algumas teorias, como por exemplo, a teoria realista, que entende que a relação entre os Estado se baseia numa questão de poder, é fundamental. Segundo Mallmam (2005, p. 8) na visão determinista dos realistas os Estados têm uma relação de competição constante sem margem para qualquer ação transformadora fundamentada na projeção da vontade humana. Oliveira (2004, p. 77) analisa as relações internacionais dentro da teoria realista, essa que defende as relações internacionais como uma relação de poder, segundo a teoria realista a motivação principal dos Estados é a busca pelo poder.

Dentro desse viés estratégico e de definição de poder das relações internacionais, Pinheiro (2014) pontua que a cooperação Sul-Sul em vez de ser definida unicamente como uma manifestação do soft power, esta pode ser abordada como um mecanismo hard power, sendo que ele consiste numa intervenção externa assentada em recursos técnicos e econômicos.

1.1 Uma breve visão histórica das relações Brasil e Angola

É sabido entre diferentes pesquisadores do campo das humanidades que o continente africano se configura como um dos mais importantes espaços a ter participado significativamente para a formação social, econômica e cultural do Brasil.

Segundo Menezes (2000, p. 15):

Desde os tempos coloniais que a imigração compulsória na sua maior parte de populações africanas trazidas para as colônias portuguesas na América do Sul. Essas foram responsáveis por imprimir nesse território muito mais do que meros elementos constitutivos de suas dinâmicas econômicas.

Essa rede imigratória, de tão intensa, foi responsável por levar densamente aspectos definidores do que posteriormente viria a se tornar o que hoje chamamos de Brasil, pois ao serem inseridas como importante força de trabalho nas principais atividades econômicas, sobretudo a partir do século XVII, essas populações acabaram por promover a transferência, a acomodação e a produção de novas práticas culturais responsáveis por dar um novo sentido ao que já vinha se estabelecendo desde os primeiros anos de colonização. Dito de outra forma: as populações africanas uma vez para cá removidas não se limitaram apenas a trabalhar compulsoriamente, mas, sim, foram capazes de desenvolver formas de se relacionar, de entender o novo mundo que lhes era apresentado, de resistir às práticas de submissão impostas pelo sistema escravista, enfim, de não apenas sobreviver, mas de viver apesar das piores adversidades decorrentes de sua condição de escravizadas (Menezes 2000 p. 8). Dessa forma, a África contribuiu de forma profunda para a formação da população brasileira e para muitas facetas de sua cultura, da língua à culinária, da música à religião, sobretudo para o seu desenvolvimento econômico.

Durante o Governo Figueiredo (1979–1985) houve um aprofundamento das relações do Brasil com a África e, particularmente, com Angola, tendo sido ele o primeiro presidente brasileiro a visitar o continente. Já durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), a participação do Brasil nas missões de paz na ONU em Angola (UNAVEM-III, para onde o Brasil enviou mais de mil e cem homens) e Moçambique (ONUMOZ) demonstra o ideal brasileiro de articular a política externa africana com as organizações internacionais (VISENTINI, 2013, p. 6).

Em relação aos três países (Angola, Moçambique e Cabo Verde) que receberam atenção brasileira nesse período, as relações com a África do Sul ganharam prioridades ímpares, o que pode ser expresso em um discurso presidencial sobre a vontade brasileira de “construir uma ponte sobre o Atlântico” (CARDOSO, 1996, p. 169). A partir dessa ponte, o governo brasileiro almejava poder fortalecer os laços entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para liberalizar o comércio entre as duas regiões; além disso, houve visitas recíprocas dos chefes de estado em 1996 e 1997. Apenas no primeiro ano de Governo Lula, doze acordos de cooperação técnica foram assinados nas mais diversas áreas, mais marcadamente nas áreas de saúde e de educação (VISENTINI 2013, p. 5)

No caso específico de Angola, a sua participação na formação do Brasil remonta aos primeiros anos da presença portuguesa na costa atlântica americana. Menezes (2000) explica isso ao afirmar que:

O primeiro contato oficial com terras brasileiras, foi assim, feito não apenas por portugueses, mas também por um representante de Angola, país que, a despeito do ainda hoje pouco reconhecimento é, sem dúvida, uma das mais importantes matrizes de nossos hábitos e costumes, de uma língua (o “brasileiro”, como costumam dizer os angolanos), de nossa culinária e de muitos outros aspectos de nossa cultura e de nossa sociedade (MENEZES, 2000, p. 21-22).

Nesse sentido, é fundamental sublinhar a importância de Angola e de suas populações para a formação e o desenvolvimento do Brasil cuja economia, desde tempos coloniais, dependeu fortemente da mão de obra angolana que foi, sistemática e volumosamente, sequestrada para o Brasil, principalmente após o início do chamado “ciclo minerador” em que foram empregados incontáveis trabalhadores angolanos reduzidos à escravidão.

Ainda de acordo com Menezes (2000, p. 115):

Não há estimativas seguras quanto ao número de escravos provenientes da região angolana desde o início dessas atividades, porém milhões foram levados, principalmente através de Luanda e Benguela (esta fundada em 1616 como um entreposto de escravos).

As relações Brasil-Angola foram inauguradas, portanto, no contexto do expansionismo ultramarino e colonialista português e, apesar de terem se consolidado principalmente em decorrência das relações econômicas propiciadas a partir do comércio escravista, essas redes de contatos superaram as fronteiras do escravismo e se desdobraram em trocas e empréstimos culturais.

Contudo, a partir de 1822, com a independência política do Brasil em relação a Portugal, esses contatos foram sendo cada vez mais reduzidos, já que tendo perdido aquela que era considerada a sua mais importante colônia no ultramar, Portugal passou a focar seus interesses econômicos em Angola que assumiu o posto antes ocupado pelo Brasil. Desse modo, somente a partir da década de 1960 é que Brasil e Angola voltaram a estabelecer contatos entre si.

Conforme afirma Waisbich e Pomeroy (2016, p. 1):

A origem das relações entre o Brasil e Angola remota a época em que os dois países, então colônias portuguesas vivenciam uma relação então marcada pelo tráfico de escravos, vindos de Angola para o Brasil, assim como o fluxo de governadores portugueses que atuaram durante décadas nos dois lados do atlântico.

O reestabelecimento dessas redes de contatos entre Brasil e Angola foi, então, ao longo do século XX, tornando-se cada vez mais sistemático, atingindo seu maior estreitamento somente no século XXI com as políticas externas adotadas pelo governo do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva.

Angola e Brasil têm crescido gradativamente em seus acordos de cooperação. Segundo Kraychete (2013, p. 6):

Durante o intervalo de 2003 a 2012, foram firmados entre esses dois países 62 projetos de cooperação técnica e tecnológica, cujo valor investido em 54 destes projetos foi de 2.689.415,68 dólares prioritariamente nas áreas de saúde (16) e educação (13). E diante desse atual cenário externo do Brasil que organizações da sociedade civil brasileira reivindicam a formulação de um novo paradigma diplomático que se legitime em interação com as sociedades envolvidas por esses acordos.

Dessa forma, as cooperações estabelecidas entre Brasil e Angola têm se constituído como um vetor muito importante para o desenvolvimento angolano, contribuindo tanto para a formação de quadros e para o fortalecimento dos laços de amizade entre ambas as nações. Por ser um ponto estratégico para a política externa desenvolvida pelo Brasil desde pelo menos a década de 1960 e, por outro lado, por ser um significativo suporte de desenvolvimento do povo angolano que vem se beneficiando gradativamente com essa cooperação, tanto para sua formação profissional como para ampliar os seus conhecimentos de mundo num contexto geral de relações com outras culturas e povos.

A cooperação que o Brasil desenvolveu com Angola no âmbito da educação superior tem dado aos angolanos a oportunidade não só de cursar o ensino superior, mas de poder ampliar o seu conhecimento nas suas áreas de interesse profissional, cultural e de criação de redes de sociabilidade. Tem sido benéfica para o país a partir do momento em que oportuniza aos angolanos a possibilidade de se ausentarem do próprio país por determinado período de tempo para se qualificarem, e quando regressar dar a contribuir para o desenvolvimento nacional em suas áreas de formação.

Cabe levantar aqui uma análise sobre os feitos do governo angolano quanto aos estudantes que saem de Angola em busca de uma formação superior, como angolana e estudante da UNILAB não podia deixar de sinalizar as debilidades que o governo angolano apresenta no apoio e assistência aos estudantes que migram ao Brasil em busca de uma formação superior, a falta de comprometimento que o Estado tem com os estudantes é gritante. O Estado não se compromete em facilitar a renovação dos documentos dos angolanos aqui no Brasil, não cria mecanismos para facilitar a permanência dos mesmos no país e cada vez está mais ausente no que tange às necessidades dos mesmos fora de Angola.

Nos estudos de Gusmão (2008, p. 285) é possível dizer que a relevância do campo educacional no universo das relações de poder, estabelecidas tanto nacional quanto internacionalmente, faz da educação um meio instrumental de manutenção e reprodução do *status quo* ou um instrumento de libertação e autonomia para os países em consolidação enquanto Estados nacionais. Perceber o quanto de um ou de outro desses processos se realizam nas trajetórias daqueles que deixam Angola para estudar no Brasil é uma indagação que permanece atrelada à história contemporânea dos Estados-Nação africanos na luta para se consolidarem como nações modernas e transnacionais. Sem dúvida, os acordos bilaterais voltados para qualificação de quadros a partir da formação em nível superior no Brasil contribuem de modo fundamental no jogo entre nações e no papel que os PALOPs vêm assumindo nas relações Sul-Sul; contudo tais acordos não têm sido estabelecidos sem que o Brasil não venha acumulando ganhos e vantagens inegáveis nesse cenário.

O governo brasileiro tem sido um grande vetor de incentivo para a ação das empresas brasileiras fora do país, e é nesse contexto que Angola encontra um papel de destaque. Embora distantes geograficamente, os dois países, em graus distintos, compartilham similitudes; pois ambos se caracterizam por um lado, por um promissor crescimento da economia, mas, por outro, pelos alarmantes índices de desigualdade, seja no âmbito social, econômico, político ou cultural. Do ponto de vista histórico, como foi esboçado anteriormente, as duas nações possuem um passado comum de ex-colônias portuguesas e um mesmo desafio de construir suas pátrias democraticamente; pois, tanto Brasil quanto Angola, passaram por experiências de governos autoritários que ocuparam o poder assumindo o discurso de salvação nacional - Angola ainda experimenta os desdobramentos decorrentes de um longo pós-guerra consequente ao processo de luta pela independência; e, o Brasil, principalmente do ponto de vista institucional e político, também enfrenta problemáticas herdadas de longos anos de ditadura civil e militar. Por fim, para ambos os países há o grande desafio de transformar seus respectivos ambientes econômicos favoráveis em ganhos reais para parcelas maiores de suas populações (KRAYCHETE 2013, p. 34).

Durante o período de guerra que Angola sofreu, o país teve grandes danos na sua infraestrutura, havendo muitas perdas principalmente na área do ensino, como por exemplo, jovens impedidos de estudar porque na altura da guerra civil todo jovem que tivesse completado seus 18 anos era recrutado para as forças armadas angolanas e poucos foram aqueles que conseguiram concluir o ensino superior. Até então, Angola não possuía universidades, existindo apenas institutos de nível superior cuja maior parte da população

jovem que a eles tinham acesso era formada por pessoas oriundas das classes mais abastadas. Desse modo, em decorrência de todo esse contexto pós-guerra que limitava a formação de quadros qualificados, as lideranças políticas que passaram a chefiar o país optaram por buscar ajuda externa e firmar acordos internacionais a fim de, não apenas reforçar as alianças políticas necessárias à sobrevivência do governo recém-implantado, mas, sobretudo, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento do país, especialmente na área do ensino superior.

Segundo Carvalho (2012, p. 248):

O ensino superior foi implantado em Angola (então colônia portuguesa) somente no ano de 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. A Igreja Católica tinha, porém, criado em 1958 o seu Seminário, com estudos superiores em Luanda e no Huambo. À criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola seguiu-se a criação de cursos nas cidades de Luanda (medicina, ciências e engenharias), Huambo (agronomia e veterinária) e Lubango (letras, geografia e pedagogia).

Eram denominados Estudos Gerais, porque no tempo colonial antes da criação da primeira universidade de Angola, os estudos universitários eram concentrados em uma única unidade acadêmica, ou seja, os estudos superiores eram ofertados unicamente na capital do país; e, só posteriormente foi que houve a distribuição dos cursos para os centros regionais da primeira universidade – centros estes que foram abertos pela influência da igreja católica, em função da massiva formação de sacerdotes, sobretudo nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla, dando seguimento a esses estudos gerais. Os cursos eram distribuídos por regiões para atender as demandas das potencialidades de produção local.

Em Luanda eram ofertados os cursos de Engenharias, Medicina e Ciências porque era onde estavam concentradas as elites do país e, conseqüentemente, é a província mais industrializada; no Huambo eram ofertados os cursos de Agronomia e Veterinária devido a sua maior capacidade de produção agrícola e pecuária. Já os cursos de Letras, Geografia e Pedagogia eram ofertados inicialmente no Lubango, por questões de influência religiosa, voltadas para formação ética, moral e cívica do cidadão.

De acordo com Liberato (2012 p. 113, apud LARA, 1999, p. 35) afirma que a criação tardia do subsistema de ensino superior, apesar das exigências da população e de muitas promessas políticas feitas ao longo dos anos, deveu-se não somente ao atraso que a educação registrava; como igualmente ao fato de Portugal se mostrar receoso com as insurgências populares que daí poderiam resultar, pois a política colonialista lusitana prezava a máxima de que era mais estratégico do ponto de vista da dominação manter na maior ignorância os povos africanos, para que não sejam eles despertados para ambições inconvenientes.

Assim, quanto aos Estudos Gerais, conforme Liberato (2012, p. 123), eles são instituídos e entram em funcionamento, na perspectiva de se promover uma melhoria controlada do nível de educação no país, garantindo a continuidade dos estudos superiores à parte da população angolana que, de outra maneira, não conseguiria. A criação dos Estudos Gerais em Angola era frequentada majoritariamente por brancos, que não fez, no entanto, diminuir a saída dos estudantes desse território ultramarino para a metrópole.

Nesse sentido, o autor nos faz entender que mesmo tendo sido criados os Estudos Gerais em Angola, tal iniciativa não era satisfatória para a demanda de pessoas que queriam ingressar no ensino superior; fazendo assim com que os angolanos ainda sentissem a necessidade de deixar o país para cursar o ensino superior no exterior.

Com a proclamação da independência política de Angola em 1975, foi criada a primeira universidade de Angola no ano de 1976, sendo esta a primeira universidade de Angola, mantendo-se na condição de única instituição de ensino superior de âmbito nacional. No ano de 1985, a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto, que se manteve até 2009 como sendo a única instituição estatal de ensino superior no país. A universidade surgiu inicialmente com os seguintes cursos: na cidade de Luanda, eram ofertados Medicina, Ciências da Natureza, e Engenharias; no Huambo, havia os cursos de Agronomia e Veterinária; e, em Lubango, Letras, Geografia e Pedagogia (Liberato, 2012, p. 115).

Os cursos tidos como preferenciais para as elites eram distribuídos em função das regiões e do nível de produção local. Além de serem considerados como cursos de relevância e de *status* social, pelo fato do prestígio social conferido pela sociedade; eles também são tidos como cursos de maior valorização financeira devido aos altos salários pagos pelas empresas e instituições contratantes. Contudo, embora existam em Angola, assim como no Brasil, essas distinções e separações de oportunidades de acordo com os pertencimentos de classe social; outro grande gargalo do sistema educacional angolano, e nesse sentido ele se torna muito diferente do sistema de ensino superior brasileiro, é que em Angola os cursos são ofertados ou distribuídos com base nas capacidades de produção e na disponibilidade de recursos locais de cada região ou província.

Em Angola, as reformas educacionais ocorreram a partir dos anos 2000, principalmente a partir do fim da guerra civil, propiciando um processo de redimensionamento e criação de novas instituições. Este tema é considerado ainda de grande relevância para a consolidação de um Estado-nação, pois, segundo afirma Sousa (2017, p.

273), a educação superior se aproxima da política externa como mais um componente para o fortalecimento nacional.

O Brasil, assim como Angola, reforça em seus documentos e discursos oficiais a importância da educação como elemento social no projeto de desenvolvimento econômico, político, social e cultural de um país. No campo do ensino superior mais precisamente da universidade pública, o Estado encontra espaço para a concretização das ações de política externa assentes na cooperação (SOUSA, 2017, p. 273).

Ainda de acordo com Sousa (2017), é possível compreender a suprema importância do ensino superior; pois ele tem como tarefa não só orientar os/as cidadãos/as na área científica, mas também formá-los/las para a construção de sociedades inovadoras, cultas e capazes de responder às demandas do mercado de trabalho.

Sendo assim, essa pesquisa se torna relevante porque ela implica na compreensão mais profunda das relações entre Brasil e Angola durante os anos de 2003 a 2016, cujo governo esteve sob a presidência do ex-sindicalista oriundo do Partido dos Trabalhadores Luiz Inácio Lula da Silva. O relacionamento Angola-Brasil deve ser percebido assim como uma dupla dinâmica, buscando traçar conjuntamente esta parceria bilateral. Nesse contexto, se inserem os laços de amizade e cooperação entre Angola e Brasil, pois no período acima referido os acordos bilaterais avançaram significativamente nas mais diversas áreas, sobretudo na área educacional.

Tomando como marco histórico o contexto sócio-político pós Segunda Guerra Mundial, percebe-se que os primeiros contatos no âmbito político estabelecidos entre Angola e Brasil podem ser localizados no início da década de 1960, antes mesmo de Angola tornar-se um país independente. Com o passar dos anos esse contato entre os dois países ganhou novas proporções pelo fato das relações entre tais países constituir um vetor privilegiada na diplomacia brasileira, por conta da importância política e econômica de cooperação (cooperação Sul-Sul).

Segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, as relações diplomáticas com Angola¹ são pautadas na declaração de parceria estratégica, assinada em

¹ Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil em África. Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais de Angola e muitas empresas brasileiras de construção civil têm escritórios em Luanda. A linha de crédito concedida pelo BNDES a Angola nos últimos anos constitui um eficiente mecanismo de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele país africano. <http://www.itamaraty.gov.br> <<acesso em 16/03/2020>>

junho de 2010. O documento delimita as áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica².

O Itamaraty³ ou Ministério das Relações Exteriores - órgão do poder executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral, pontua que Angola é um parceiro estratégico do Brasil, e suas relações têm sido recentemente modernizadas, suas instituições e leis têm sido voltadas à busca de implementar medidas em prol do seu desenvolvimento socioeconômico, inclusive no que tange à melhoria do ambiente de negócios desde a chegada ao poder do presidente João Lourenço em 2017, após 38 anos de governo de seu antecessor José Eduardo dos Santos⁴.

Ainda segundo o Itamaraty, a cooperação educacional tem sido constante, Angola é um dos principais beneficiados pelos Programa de Estudante-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação em instituições de ensino superior brasileiras. Além disso, o governo brasileiro promoveu o II curso para diplomatas dos estados membros da CPLP, frequentado por diplomata angolano. Atualmente, um diplomata angolano está participando do concurso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco⁵.

Na página eletrônica do Itamaraty é possível encontrar em ordem cronológica as relações bilaterais firmadas entre os governos de Angola e Brasil, dentre as quais destacamos os seguintes:

- ✓ 1980 – Assinatura do acordo de cooperação econômica, científica e técnica, esse acordo foi firmado com a finalidade de: transferência de experiências e conhecimento de instituições nacionais especializadas, com objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico, social e tecnológico dos dois Estados baseada na igualdade de direitos e vantagens recíprocas, no respeito à soberania, ao princípio da não ingerência nos assuntos internos das partes e de outros estados, sendo este o primeiro tratado do acordo de cooperação técnica entre os dois países.
- ✓ 2000 - Foi o ano que de acordo com o site oficial do PEC- G começou a concessão de vagas para os estudantes angolanos nas universidades Federais no Brasil⁶.
- ✓ 2010 – Criação da UNILAB⁷ pela lei federal nº. 12.289/2010, tendo o início de suas atividades acadêmicas ocorrendo somente a partir de 25 de maio de 2011, data em que se comemora o dia da África (GOMES e VIEIRA, 2013).

² <http://www.itamaraty.gov.br> <<acesso em 16/03/2020>>

³ <http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/component/tags/tag/angola#acor-invest> <<acesso em 16/03/2020>>

⁴ <http://www.itamaraty.gov.br> <<acesso 16/03/2020>>

⁵ <http://www.itamaraty.gov.br> <<acesso 16/mar/2020>>

⁶ <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php> <<acesso 20/ago/2020 >>

Desse modo, pretende-se com esse estudo apresentar um panorama geral e fazer uma análise comparativa sobre as vantagens e as desvantagens do processo seletivo dos estudantes angolanos ingressos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Por outro lado, também interessa à presente pesquisa compreender as facilidades e as dificuldades, os benefícios e os desafios no acesso ao processo seletivo que os estudantes angolanos enfrentam em ambos os programas em Angola e após a chegada ao Brasil, analisando como vem sendo implementadas as políticas de permanência desses estudantes na referida instituição, ou seja, quais são as condições de adaptação, integração e permanência ofertadas pela Unilab, bem como a concessão de auxílios, sobretudo os de moradia e de alimentação.

⁷ <http://unilab.edu.br/institucional-2/> <<acesso 17/05/2020>>

2. Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil

Para Lara (2012, p.116), a formação de recursos humanos é essencial para o desenvolvimento do país, tendo se tornado um desafio assumido pelo governo de Angola logo em 1975. Para dar cumprimento a esse objetivo, optou-se não só pela oferta do ensino superior dentro do país, como pelo envio de estudantes bolsistas para o exterior. Se, por um lado, se recorreu constantemente à contratação de técnicos estrangeiros por via de acordos bilaterais estabelecidos com outros países, como foi o caso de “milhares de jovens cubanos e de outras nacionalidades na qualidade de cooperantes civis” (Carrasco, 1997, p.309); por outro lado, vários acordos de cooperação assinados com os países aliados levaram à formação de quadros angolanos nesses países, assim, entre 1975 e 1991 foram formados no interior de Angola 2174 técnicos superiores.

Segundo Langa (2016, p.25) por sua vez, no que concerne à migração dos estudantes africanos no Brasil, diz que a migração de estudantes africanos para o Brasil, sua presença e permanência neste território torna-se objeto de diversos estudos acadêmicos, particularmente nos últimos anos. De fato, autores vinculados a distintos campos, sobretudo das Ciências Sociais, têm trabalhado sobre este assunto, desenvolvendo investigações sobre a presença de estudantes africanos no território brasileiro.

Em balanço sobre o estado da arte desse tema, mediante levantamento bibliográfico, é possível identificar que grande parte dos estudos realizados sobre essa temática tem como foco a vida dos estudantes em situação de migração temporária, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), seus processos indentityários e suas experiências culturais.

Entre os anos 2003-2010, período de tempo correspondente aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil houve uma maior intensificação das políticas externas de aproximação e de reforço da cooperação e das trocas comerciais com os países africanos, nos mais variados setores (LANGA, 2016, p26).

Os discursos oficiais no Brasil, assim como em Angola, reforçam sempre por meio de documentos a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação. Silva (2017, p. 253, apud OERNHEIM e CHAUI, 2014, p.3) afirma que a Declaração Mundial sobre a Educação Superior, em seu preâmbulo, defende que sem uma educação superior adequada e instituições de pesquisa que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode garantir genuíno desenvolvimento endógeno e sustentável. E, em particular, os

países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo não poderão reduzir o hiato que os separa dos países desenvolvidos – industrializados.

Em 2004, foi criado o Prouni, Programa Universidade para Todos, pelo governo federal brasileiro. Institucionalizado pela lei nº11. 096, em 13 de janeiro de 2005, este programa visa à concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais, aos estudantes dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos àqueles/las que aderirem ao programa⁸.

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, o que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, conjugando, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos⁹.

Em consonância com a política social do Governo Federal, o ProUni reserva um percentual das bolsas ofertadas aos afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais (PNE). Os professores também possuem critérios diferenciados de participação no programa, o que vem ao encontro da política de incentivo à formação docente e qualificação da educação básica pública¹⁰.

De acordo com Cunha e Silva (2014, p.10), o governo preocupado com a necessidade da expansão do ensino nas universidades públicas federais criou um programa chamado REUNI, que tem por objetivo apoiar os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, visando com isso buscar ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

⁸ <http://portal.mec.gov.br><<acesso em 24/03/2020>>

⁹ <http://portal.mec.gov.br><<acesso em 26/03/2020>>

¹⁰ <http://portal.mec.gov.br><<acesso em 24/03/2020>>

3. Políticas públicas do ensino superior em Angola

De acordo com Langa (2016, p.28, *apud* FONSECA, 2009) o estudante africano é atraído para permanecer no Brasil, devido a um conjunto de facilidades e também à constituição de uma nova identidade forjada nas relações adquiridas em território brasileiro. Desse modo, muitos desses estudantes hesitam em voltar para seus países de origem, buscando instalarem-se, definitivamente, no Brasil, ou então, ampliar sua permanência no território brasileiro para fazer algum curso de pós-graduação.

Porém, mais que uma facilidade acredita-se também que se deve a uma questão de necessidade, tomando como exemplo os estudantes angolanos que é o nosso objeto de pesquisa, podemos afirmar que as condições de formação que são ofertadas em Angola, especificamente no ensino superior, são marcadas por inúmeras debilidades, conseqüentemente, no afã de uma formação superior qualitativa, os estudantes angolanos vêm a necessidade de recorrer ao exterior. Nesse âmbito, o Brasil tem sido umas das principais opções destes por conta da língua portuguesa e das proximidades histórico-culturais relativas ao processo de colonização.

No seu discurso de posse em 2017, o atual presidente da República João Lourenço falou da importância da força dos jovens para o crescimento e o desenvolvimento da nação angolana, reforçando também a importância da educação e a implementação de políticas públicas que facilitem o acesso a essa mesma educação aos jovens. Em suas palavras:

Angola é um país que se caracteriza por possuir uma população maioritariamente jovens. Essa realidade constitui uma base objetiva para a definição e implementação de políticas públicas que promovem o seu desenvolvimento e bem-estar, condições indispensáveis para se construir um país mais próspero. A juventude está no centro das nossas atenções, apostar nos jovens é apontar no nosso futuro, no progresso de Angola e na sua inserção no mundo global cada vez mais competitivo. Para tal, é necessário investir muito seriamente na educação técnica-profissional, ajustando essa formação às necessidades do mercado de trabalho e ao desenvolvimento do país¹¹.

De acordo com o discurso de posse do presidente da República de Angola, a educação tem sido o pilar para o crescimento de uma nação forte e capaz de responder às exigências do mercado global, mas assim como dentro dessas implementações de políticas para o ensino, ainda se nota em Angola uma resposta negativa à inserção desses mesmos jovens no mercado

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=njZckcljkqQ><< acesso em 09/04/2020 >>

de trabalho, ainda que muitos tenham optado por fazer a sua formação fora do país por possibilitar melhor inserção – empregos mais dignos aquando do retorno ao país, dada a “credibilidade” que se tem a um diploma de formação no exterior, ainda se observa uma grande dificuldade dos jovens angolanos formados dentro e fora do país na conquista de espaço no mercado de trabalho angolano por conta da escassez de ofertas de emprego.

De acordo com a Constituição do país, com o avanço do número de instituições públicas de ensino superior, tem se criado políticas que garantam a melhoria da gestão do subsistema de ensino que é ofertado nas instituições. A resolução n.º. 4/07, de 2 de fevereiro de 2010, do Conselho de Ministros se propõe em melhorar a qualidade e integração do ensino superior em Angola na estratégia global da reconstrução e desenvolvimento do país de forma a satisfazer as necessidades da economia.

Vale destacar aqui o que se entende como subsistema de ensino superior:

É o conjunto de órgãos, instituições, disposições que visam à formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividades econômicas e sociais do país, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana bem como a promoção da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade¹².

Partindo desta definição podemos tecer algumas considerações a respeito do subsistema de ensino superior angolano. Não se pode ignorar que Angola tem dado um avanço significativo quanto à quantidade de instituições de ensino superior no país, mas em termos práticos, no que tange à efetividade da lei constitucional que promete a abrangência e a melhoria desse ensino não se tem efetivado. Ainda se percebe um fraco desenvolvimento de pesquisa e de investimento do Estado no sentido de incentivar as pesquisas, projetos e programas e até mesmo investimento econômico nas universidades públicas. CANGA (2017, p. 3) aponta que com o crescimento do número de instituições públicas, o ensino superior em Angola passou a ser visto de forma simplória que se desvincula de uma ação psicopedagógica e científica que pudesse dar suporte a qualidade e o cumprimento dos objetivos reais do subsistema do ensino superior, como a investigação e a extensão.

O ensino superior em Angola ainda é muito vulnerável por conta das lacunas que se tem a partir das próprias práticas pedagógicas. Não podemos ter um ensino de qualidade quando nem o próprio Estado dá uma atenção especial para melhorar a qualidade de ensino no intuito de formar jovens pesquisadores e capazes de criar autonomia nas suas produções acadêmicas. É necessário criar políticas inclusivas de ensino, pensar na formação de recursos

¹²<file:///C:/Users/Lab01/Downloads/Normas%20Gerais%20Reguladoras%20do%20Ensino%20Superior.pdf>
<<acesso em 25/09/2020>>.

humanos como um todo, criar métodos que incluam não apenas quem tem a possibilidade de pagar por livro ou por uma produção acadêmica. Por falta de estrutura tecnológica nas universidades públicas, Angola é um país que sofre com uma desigualdade social abismal, o nível de analfabetismo ainda é muito alto, jovens que não tiveram nem como acessar o ensino fundamental ou médio, e os que conseguiram tiveram que abrir mão do ensino superior por conta das inúmeras dificuldades que se tem para poder ter um ensino de qualidade no país.

Com isso, muitos são os jovens que por conta desses percalços optam por fazer a formação superior fora do país, e a maior parte, decide não retornar por conta das inúmeras dificuldades que se tem, até mesmo para se inserir no mercado de trabalho aquando do seu retorno ao país.

3.1 Cooperação educacional no ensino superior Brasil - Angola

É sabido que o Brasil desde pelo menos a década de 1960 tem desenvolvido vários acordos de cooperação no campo do ensino superior com alguns países africanos, especialmente com os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (BARROS e NOGUEIRA, 2015, p. 120). Esses primeiros projetos de aproximação e cooperação acadêmica com os países africanos foram implementados no contexto da chamada Política Externa Independente (PEI) desenvolvida por governos brasileiros, principalmente a partir do governo do presidente Jânio Quadros (1961) (MARIZ, 2012, p. 151).

Com base nos estudos de Gusmão (2008) é possível dizer que a relevância do campo educacional no universo das relações de poder, estabelecidas tanto nacional quanto internacionalmente, faz da educação um meio instrumental de manutenção e reprodução do *status quo* ou um instrumento de libertação e autonomia para os países em consolidação enquanto Estados nacionais.

A consolidação de articulações entre organizações angolanas e brasileiras com vista a influenciar a concepção da filosofia da cooperação para o desenvolvimento, a definição de quais projetos carecem de apoio internacional e a melhor maneira de monitorar a implantação dos projetos fazem parte de uma agenda mais ampla: qual desenvolvimento se quer e quais ações da cooperação impactam nesse desenvolvimento? (KRAYCHETE, 2013, p. 7).

Contudo, não tem sido uma tarefa fácil para os estudantes que se beneficiam desses acordos, pois para muitos angolanos não é apenas pela mera vontade de sair de Angola que lhes traz ao Brasil, mas pelas oportunidades que se tem quando se tem uma formação superior fora do país, acreditando que com uma formação fora as oportunidades de trabalho passam a

ser maiores. Angola ainda precisa criar mecanismos para empregar esses estudantes que concluem o ensino superior, porque muitos são os que concluem o ensino superior e ainda estão fora do mercado de trabalho.

3.2 Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)

O Programa de Estudantes– Convênio de Graduação (PEC-G) é uma das ações adotadas pelo governo brasileiro no contexto da cooperação técnica e uma das ações de cooperação mais antigas que o governo brasileiro mantém em funcionamento. Por outro lado, trata-se também de uma das ações de cooperação mais importantes do governo brasileiro tanto por sua longevidade, quanto por sua abrangência – vale lembrar que o programa está ativo ininterruptamente há 50 anos. Esse programa se destaca também por atingir todas as regiões consideradas prioritárias para a política externa brasileira: América do Sul, Haiti, África (especialmente os PALOPs), integrantes da CPLP (em especial o Timor Leste) (SILVA, 2017, p. 230).

O PEC-G possui duas modalidades, uma voltada para graduação (PEC-G) gerida em parceria pela DCE-MRE e SESU-MEC e outra voltada para Pós-Graduação (PEC-PG), em parceria entre DCE-MRE, CAPES e CNPq (SILVA, 2017, p. 232). Dadas as delimitações deste trabalho estarei tratando apenas da primeira.

O programa é mantido pelo Ministério das Relações Exteriores por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE-MRE), em conjunto com o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU-MEC), que realizam a seleção dos candidatos e providenciam a alocação dos mesmos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Participam atualmente 97 IES Públicas e particulares que recebem estudantes do PEC-G, abrangendo todas as regiões do país e oferecendo cursos de graduação nas mais variadas carreiras (SARAIVA, 2017, p. 232).

O site oficial do PEC-G mostra que atualmente tem 59 países participando do programa, onde 25 africanos, 25 da América e 9 da Ásia. E os cursos com mais ofertas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia.¹³

O primeiro protocolo do PEC-G data de 1965 e as alterações se deram nos anos 1974, 1986, 1993 e em 1998, ano em que foi publicado o quinto protocolo. Este ficou em vigor até 2013 quando foi substituído pelo decreto presidencial nº 7.948, conferindo a regulamentação do programa de maior força jurídica. O decreto e o manual do “Estudante – Convênio”

¹³ <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php> <<acesso em 20/08/2020>>.

compõe a regulamentação do PEC-G, em consonância com o estatuto do estrangeiro (Lei nº6815/80), alterado pelas leis nº 6.964/81, nº 7.180/83, nº 7.685/88, nº 8.422/92, nº 9.076/95 e pelo Decreto nº 86.715/81 e, mais recentemente pela lei nº 12.134/2009 (MOREIRA E SILVA, 2 017, p. 256).

De acordo com Moreira & Silva (2017), a implementação do programa fica a cargo das embaixadas brasileiras nos países participantes. São elas as responsáveis pela divulgação, pela prestação de esclarecimentos sobre a participação no programa e pela realização do processo de inscrição, bem como pela entrega dos diplomas após o estudante realizar o retorno ao país de origem. No momento da inscrição, realizada virtualmente através da página eletrônica da DCE, o estudante escolhe as opções de curso disponibilizadas pelas IES e a sua instituição de preferência.

Gostaria de aqui destacar que infelizmente esse programa sendo o mais antigo que o governo brasileiro criou para estreitar as relações na área da educação superior com outros países, ele não oferece para os estudantes que vêm de fora uma estrutura mais “cômoda” para os mesmos. Ou seja, o aluno que vem pelo PEC-G, segundo os relatos dos mesmos, não tem um lugar para ficar quando chega ao Brasil, se não falar com alguém que esteja no país afim de hospeda-los quando chegarem eles não teriam como se instalar, e nem mesmo contam com um auxílio da universidade que estão vinculados para instalação. Situação essa que alguns estudantes angolanos vindos pelo PEC-G destacam como um ponto fraco do programa, apesar da abrangência de curso, faz-se necessário olhar para essas questões porque um estudante que não tem como se manter aqui no Brasil antes mesmo de começar as atividades acadêmicas para poder concorrer a uma bolsa, acaba voltando para o país de origem por falta de condições para se instalar no país.

Ainda segundo Moreira e Silva (2017, p. 256), no ato das inscrições, os candidatos devem escolher dois cursos preferenciais de duas instituições, uma como primeira opção e outra como segunda. A partir de então, é que são realizadas as análises dos documentos e das notas escolares obtidas no país de origem, referentes às etapas equivalentes ao ensino médio brasileiro. Se as notas obedecem ao patamar estabelecido pelo curso pretendido e tendo disponibilidades de vagas nas IES participantes, é aprovada a participação do candidato no PEC-G.

A análise dos documentos, que definem a seleção, é anualmente realizada em Brasília “por uma comissão de seleção” que conta com representantes das seguintes organizações: Fórum de Pró-reitora de Graduação das Universidades brasileiras (FORGRAD); fórum das

assessorias das universidades brasileiras para assuntos internacionais (FAUBAI) e fórum nacional dos pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis. As IES tomam contato com os estudantes aprovados apenas quando recebem o nome dos candidatos selecionados. Este fluxo do acesso às vagas e às IES participantes do PEC-G, explícito na documentação e entrevistas, revela que o programa não está organizado de forma a propiciar o diálogo entre alguns dos principais interessados no seu sucesso – IES e estudantes (MOREIRA e SILVA, 2017, p. 256).

Do total de 08 (oito) entrevistados, 06 (seis) se identificaram como sendo do sexo masculino e apenas 02 do sexo feminino. Destas apenas 01 (uma) veio da província de Benguela e os demais, ou seja, 07 (sete) se disseram originários de Luanda, capital do país. Do ponto de vista do pertencimento de classe social, todos se disseram como sendo “de classe média”, afirmando ainda que suas respectivas famílias tinham as condições mínimas necessárias para financiar seus estudos no Brasil. Quanto aos motivos que os fizeram decidir por vir estudar no Brasil, de modo geral, todos afirmaram que “foi pela curiosidade de conhecer o país”. A distribuição destes estudantes em relação aos cursos em que estão matriculados na UFC se dá da seguinte forma: 01 (um) em Ciências da Computação; 02 (dois) em Geologia; 01 (um) em Ciências Contábeis; 01 (um) em Economia; 01 (um) em Sociologia; 01 (um) em Engenharia Ambiental e 01 (um) em Gestão Financeira. Sendo que todos se encontram concentrados num único campus da universidade, localizado no Bairro do Pici na cidade de Fortaleza.

Para os estudantes do PEC-G, importou-nos aqui levantar as seguintes questões: sabendo que o PEC-G é um programa que não oferece alojamento, por que escolheram vir pelo mesmo? E entender como tem sido a participação do governo angolano com a vinda dos estudantes pelo programa? Se recebem algum tipo de bolsa do mesmo? E posto no Brasil, quais eram as principais dificuldades enfrentadas por eles, uma vez que eles chegavam e não tinham uma recepção por parte da universidade ou um alojamento para se instalarem num primeiro instante? Um dos entrevistados respondeu o seguinte:

Foi muito difícil, chegar ao Brasil e não ter uma orientação ou recepção por parte da universidade, não conhecendo o país, sem bolsa era muito complicado, mas felizmente os meus pais têm condições mínimas para poder me manter aqui no Brasil, mas que a pesar de ter essas condições ficou mais difícil quando foram fechados todos os meios de envio de dinheiro para fora do país.

Com base na fala de um entrevistado, todos se identificaram, um deles ainda acrescentou:

Mais difícil foi para os colegas que não conheciam ninguém aqui para poder receber eles, nesse caso quando eles recebiam a informação que foram aprovados, já entravam em contato conosco para poder ser recebido/da em nossas casas.

Apesar de, por um lado, os entrevistados afirmarem pertencer à “classe média” e de dizerem que as famílias em Angola possuem condições financeiras para custear os estudos no Brasil, por outro lado, o que se sabe é que para muitos desses estudantes, mesmo as famílias podendo auxiliá-los financeiramente, não tem sido fácil estudar fora do país sem o apoio do governo angolano. Uma vez que com essa dificuldade de envio de dinheiro para fora do país, e com a dificuldade de divisas em Angola, apenas o governo consegue fazer essa mediação entre os estudantes e a instituição bancária do país, garantindo assim a permanência dos mesmos no Brasil.

Por conta da crise econômica que se instalou em Angola, até as transações bancárias, principal meio de transferência de dinheiro feito pelas famílias para auxiliar financeiramente os filhos no Brasil, têm se tornado cada vez mais impraticáveis devido à falta de divisas. Segundo a fala de um dos estudantes, o governo angolano não os tem apoiado depois de chegarem ao Brasil. Dentre as dificuldades apontadas, de um modo geral, esses estudantes destacaram principalmente a falta de indicação/orientação que os ajude a encontrar lugares seguros e financeiramente acessíveis onde possam se instalar, pois a universidade não tem um programa de acolhimento aos estudantes recém-chegados. Segundo um dos entrevistados, para os que chegaram pelo menos até 2015, foi um pouco mais fácil porque já tinham amigos angolanos que mantiveram contato antes da sua chegada ao Brasil, e assim os receberam.

Outra reclamação recorrente em suas falas é a de que não existe nenhum outro auxílio financeiro, além da própria bolsa que eles concorrem somente após a conclusão do primeiro semestre na universidade, algo que dificulta ainda mais a sua estadia no Brasil.

Com isso, entende-se que é necessário o governo angolano investir mais para poder prestar assistência aos estudantes que saem de Angola para estudar no Brasil, pois muitos acabam regressando antecipadamente, sem sequer ter concluído o curso de graduação, por falta de condições financeiras para sustentar os estudos; afinal, por estarem no Brasil com a finalidade de estudar, o visto obtido por esses jovens não lhes permitia trabalhar, sendo essa

situação revertida recentemente, razão pela qual aqueles que não tinham parentes residindo aqui acabavam voltando.

4. Processo de criação do projeto UNILAB

A UNILAB é uma universidade federal internacional que surgiu no processo de reorientação da política externa brasileira, pensando no estreitamento das relações com os países de língua oficial portuguesa, a UNILAB surge então como uma nova proposta de cooperação na área do ensino superior. A sua criação, portanto, esteve pautada no discurso da cooperação solidária e do compromisso brasileiro com a integração internacional no campo da educação superior, especialmente com os países africanos.

Silva (2017) discorre sobre quatro acordos de cooperação que foram firmados entre a UNILAB e as instituições angolanas de ensino superior, afirmando que dois primeiros foram em 2012, um com a Universidade Agostinho Neto (UAN) e outro com o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED), intitulados “Termo de Convênio”. O propósito dos documentos é formalizar uma relação entre ambas as IES para possibilitar a criação de programas que resultem na troca de conhecimento. Os dois termos, em sua 2ª cláusula, apontam a disponibilidade de recursos como condição para realização de atividades, como: intercâmbio de servidores, tanto para docentes quanto para técnico-administrativos e estudantes; seminários e encontros acadêmicos; realização de treinamentos, dentre outras atividades. Nos dois acordos foi estabelecido que as questões de litígio fossem resolvidas consensualmente; mas não sendo possível que fosse seguida a jurisdição onde ocorreu o fato. Em última instância, se necessário os julgamentos seriam feitos pelos princípios do direito internacional público.

Em 2013, foi firmado o acordo com a Universidade Onze de Novembro (UON), e em 2014 com a Universidade Kimpa Vita. Nos dois documentos foram estabelecidos como foro para resolução de controvérsias a seção jurídica de Fortaleza e a Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União. Os instrumentos da justiça brasileira são a base para a formalização e a execução dos termos de cooperação (SILVA, 2017, p.279).

Em 20 de julho de 2010, o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei nº 12.289 instituindo a UNILAB como Universidade Pública Federal, após a nomeação de Paulo Speller como primeiro reitor *Pro Tempore*. Chegando a atuar nas áreas de docência e de pesquisa na UNILAB e com a sua nomeação na condição de reitor, os trabalhos da comissão de implantação foram encerrados e, finalmente, iniciadas as atividades acadêmicas com a constituição dos primeiros cursos de graduação¹⁴.

¹⁴ <http://unilab.edu.br/institucional-2/> <<acesso 17/05/2020>>

Durante a aula magna que foi realizada em Maputo-Moçambique, o antigo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressalva que “nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação” e em comum acordo com os países parceiros tornou a ideia em realidade. A criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano principalmente com os PALOPs¹⁵.

De acordo com Silva (2017, p. 277), no Brasil a preocupação do Estado com um projeto de educação voltado para o desenvolvimento nacional compactua com uma tendência mundial, que pressiona os países em desenvolvimento a investir nessa área. Silva (idem, ibidem) acrescenta ainda que a UNILAB se apresenta como respotado Partido dos Trabalhadores (PT) a esta orientação política, incorporando dois objetivos tornados política de Estado: interiorização/expansão do ensino superior, planejado e direcionado pelo Ministério da Educação, e cooperação com países em desenvolvimento, uma prerrogativa da política externa influenciada pelas orientações da UNESCO.

A UNILAB tem se destacado devido a sua peculiaridade, uma universidade negra, da integração, que reúne povos, que apesar de compartilharem da mesma língua e história, têm culturas e hábitos diferentes, para estreitar ainda mais os laços foi pensado um projeto que vem contribuindo para desconstruir as práticas do racismo estrutural que ainda impera dentro das universidades no Brasil. Não é apenas uma universidade, é um povo de diferentes culturas e raças que lutam pela igualdade e direitos, de frequentar uma universidade e formar jovens líderes capazes de ocupar cargos de liderança no país.

Em outubro de 2008, criou-se a Comissão da Implementação da UNILAB que, ao longo de dois anos fez levantamento e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e aos países parceiros nessa integração. Levantou planejamento de atividades institucionais, preparou a organização da estrutura acadêmica, curricular e administrativa do pessoal, patrimônio, orçamento e finanças. Durante esse período foram realizadas incansáveis reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impactos em políticas de desenvolvimento econômico e sociais¹⁶.

¹⁵ <http://unilab.edu.br/institucional-2/> <<acesso 17/05/2020>>

¹⁶ <http://unilab.edu.br/institucional-2/> <<acesso 17/05/2020>>

Na perspectiva de Silva (2017) esses acordos refletem o significado de Estado como agente burocrático. Na prática, ele é fundamentalmente guiado por regras jurídicas, criadas para exercer o controle dos cidadãos. Os acordos assinados entre as instituições relatadas apresentam controvérsia, pois em algum momento haverá o predomínio dos interesses de um dos Estados-Nação. É pertinente questionar se as mudanças na elaboração dos documentos, baseando-se primordialmente na legislação brasileira, ocorrem por razões práticas de execução, pois os dois primeiros acordos não fazem referência a qualquer lei, já os dois últimos tomam como referência a lei de licitações, uma instrução normativa e um decreto.

Questionando desde a elaboração, a execução do projeto, levando em conta o que foi pensado para o projeto UNILAB, naquilo que foi proposto, será que o seu projeto inicial está sendo cumprido? Sendo uma universidade negra, numa pesquisa feita pela instituição pode-se perceber que a composição do corpo diretivo é composta por brasileiros. Sendo uma universidade da integração africana, porque na sua constituição política não incorpora nos cargos de liderança os africanos? Será que estamos perdendo o foco de qual projeto foi criado? São questionamentos que teremos que fazer na qualidade de estudantes e membros dessa instituição, sendo que foi um projeto pensado para atender a “minorias” e promovendo uma maior integração com os países africanos. Deste modo, teríamos então que ter essa integração desde a constituição do corpo diretivo até os docentes.

Quanto ao quadro docente, a instituição dispõe sim de professores/as de origem africana ainda que não em número satisfatório. No entanto, há muito trabalho a ser feito visando responder a estes questionamentos para superar essas ambiguidades em relação ao projeto originário do que deveria ser a UNILAB.

4.1 Estudantes Africanos na UNILAB: vivências e desafios

A comunidade estudantil africana integrada na UNILAB e residentes nos municípios de Redenção e de Acarape começou a se formar a partir do ano de 2011, com o início do funcionamento desta IES. Os desafios cotidianos sentidos pelos estudantes africanos na cidade de Redenção e de Acarape são similares àqueles vivenciados pela comunidade africana residente na cidade de Fortaleza ambos localizados na macrorregião do Maciço de Baturité, distam cerca de 61 km e de 62 km, respectivamente, de Fortaleza, ali residem aproximadamente 400 estudantes africanos oriundos dos PALOPs e de Timor Leste.

Vale ressaltar que no ano de 2016 a quantidade de alunos estrangeiros foi aumentando e nesse contingente de estudantes africanos foi registrada, nesse mesmo ano, a presença de

111 (cento e onze) estudantes angolanos, matriculados em diferentes cursos ofertados pela UNILAB, sendo que, desse total, a maior parte se encontrava matriculada no curso de Bacharelado em Humanidades, e por ser um curso de modalidade interdisciplinar em 2019 passou a se chamar de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH) (UNILAB, 2020). Hoje a Unilab já conta com 379 alunos angolanos, onde 287 se encontram nos campi do Ceará e outros 92 na Bahia. A Unilab conta também com quatro unidades principais: Campus da Liberdade, Campus das Auroras, e a Unidade Acadêmica dos Palmares, no Ceará conta ainda com a Fazenda Experimental Piroás FEP), localizada em Barra Nova no Ceará e na Bahia conta com o Campus dos Malês¹⁷.

No estado do Ceará a Unilab conta com dois campi e uma unidade acadêmica, distribuídos entre os municípios de Redenção, onde ficam os campi da Liberdade e das Auroras, e de Acarape, onde está localizada a Unidade Acadêmica dos Palmares. Nesses campi encontram-se espalhados os cursos vinculados aos 08 (oito) institutos que compõem a universidade, nomeadamente: o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) que oferta somente o curso de Administração Pública; o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) que conta até o momento com o curso de Agronomia; o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) que oferece os cursos de Ciências da Natureza, Matemática, Química, Biologia e Física; o Instituto de Ciências da Saúde (ICS) que oferece somente o curso de Enfermagem; o Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS) que oferece o curso de Engenharia de Energias e o Instituto de Humanidades (IH) que oferta a maior quantidade de cursos presenciais de graduação, a saber, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Antropologia, Pedagogia, Licenciatura em História e Licenciatura em Sociologia. O Instituto de Educação a Distância (IEaD) que oferece o curso de Bacharelado em Administração Pública de modalidade a distância. E o Instituto de Linguagens e Literatura que oferece o curso de Letras e Línguas.

E na Bahia conta apenas com o Instituto de Humanidades e Letras que oferece os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Letras-Língua Portuguesa, Bacharelado em Relações Internacionais, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História e Licenciatura em Pedagogia.

A UNILAB hoje conta com vinte e um (21) cursos de modalidades presenciais e um (1) curso de graduação de modalidade a distância. Conta também com nove (cursos de pós-

¹⁷ <http://unilab.edu.br/institucional-2/> <<acesso 17/05/2020>>

graduação, lato-sensu e especialização a distância). E oito (8) cursos de mestrado (stricto sensu).

Na entrevista feita com os estudantes angolanos pode-se notar a preocupação com a falta de comprometimento do governo angolano com os mesmos, salientam ainda que a maior dificuldade não foi ter saído de Angola para o Brasil, mas chegando ao país e notar certo abandono dos órgãos governamentais de Angola que deviam garantir a estabilidade dos estudantes aqui na UNILAB. Eles deram ainda o exemplo da renovação dos documentos angolanos que vencem enquanto os estudantes estão no Brasil, e que o governo não cria políticas para facilitar a renovação dos mesmos, sendo que trata-se de estudantes que estão fora do país de origem e não têm uma renda fixa para arcar com os custos da renovação dos documentos.

Percebe-se também nas falas dos estudantes a tristeza que apesar de que o governo angolano defendeu a educação como forma de desenvolvimento de uma nação, e que sua maior aposta seria nos jovens, a fim de enquadrá-los dentro das mais diversas modalidades de ensino a fim de dar resposta às exigências do mercado no intuito de formar jovens com mentes inovadoras capazes de dar resposta aos mais diversos assuntos, não tem efetivado essas teorias, o que parece são mais discursos que prometem apoio e engajamento dos jovens, mas não se tem dado a oportunidade a esses jovens, seja quando precisam de apoio para cursar a formação superior fora ou quando retornam ao país para serem enquadrados no mercado de trabalho.

Grande parte dos estudantes angolanos da UNILAB reside em Redenção e, outro contingente significativo, reside no município de Acarape, devido à falta de residências, dos altos preços dos aluguéis e da especulação imobiliária de Redenção, num contexto em que anualmente, essa IES recebe novos estudantes brasileiros e estrangeiros (TSHAM, 2016).

Hoje já podemos contar também com um número significativo de alunos estrangeiros na Bahia, que por ser o menor polo da UNILAB e por ter poucos cursos não se via um número muito elevado de estudantes. Hoje a UNILAB na Bahia oferece mais dois cursos presenciais. Ciências Sociais e de Relações Internacionais, cursos esses que entraram em vigor no ano de 2017.

Foi realizada também uma entrevista no método de grupos focais com os estudantes angolanos dos diversos cursos e de entradas diferentes. Foi feita uma entrevista com os estudantes da primeira entrada, esses que foram os primeiros estudantes da UNILAB, que acompanharam a evolução da instituição.

Foi interessante conversar com esses estudantes porque eles foram os primeiros a chegar à cidade quando foi declarada a abertura oficial do trimestre letivo na UNILAB. Vale aqui ressaltar que a universidade começou as suas atividades letivas no regime trimestral, e só em 2017 começou com as aulas no regime semestral.

Em conversa com os estudantes, eles relatam da dificuldade que enfrentaram ao chegar à cidade de Redenção - Ceará e em São Francisco do Conde - Bahia, onde se encontram as instalações da universidade. Primeiro porque eram cidades quase que sem recursos, segundo pela resistência dos moradores locais.

Eles contam que muitos colegas chegaram a desistir e acabaram voltando para Angola, porque não conseguiram se adaptar à cidade, e os que ficaram apesar das dificuldades enfrentadas também encontraram pessoas que os deram apoio emocional e dizem eles que isso serviu também como um auxílio. Não foi fácil, argumentavam os estudantes, porque notava-se muita resistência dos moradores para os aceitarem, alguns sofriam até preconceitos.

Vale aqui salientar que esses primeiros angolanos que aqui chegaram vieram acompanhados do embaixador de Angola no Brasil, eles tiveram assistência na sua chegada, mas esse trabalho do governo angolano não durou muito tempo, sendo que logo depois foi como se esses mesmos estudantes tivessem sido esquecidos aqui.

Dentre os serviços ofertados pela UNILAB para facilitar o cotidiano dos seus estudantes estão: a oferta de alimentação a baixo custo através do Restaurante Universitário (RU) e a oferta do transporte inter - campi para o deslocamento do alunado entre os campi. O Restaurante Universitário (RU) tem servido como mecanismo de contribuição para minimizar os gastos dos estudantes dentro da universidade, sendo cobrado o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por refeição.

Tal cobrança, a baixo custo, se deve a dois fatores: em primeiro lugar, por ser uma instituição pública, entende-se há um investimento do dinheiro público que também é destinado à manutenção do RU e, em segundo, pela própria vulnerabilidade financeira dos estudantes, sobretudo a dos estrangeiros, que por mais que a universidade conceda auxílios, não permite à comunidade discente arcar com todos os custos implícitos ao processo formativo de nível superior no Brasil – principalmente se consideramos que enquanto uma parcela significativa desses estudantes mora em Fortaleza e precisam arcar com o ônus do transporte rodoviário até Redenção ou Acarape, a outra parcela mesmo residindo em um desses municípios que sediam os dois principais campi da UNILAB no Ceará, não tem condições financeiras próprias de manter o aluguel de moradias devido à galopante

especulação imobiliária local, responsável pelo aumento vertiginoso dos aluguéis praticado localmente.

O RU, como é corriqueiramente denominado pelo corpo discente, oferece duas refeições ao dia, almoço e jantar, e está em funcionamento de segunda-feira a sábado, sendo que aos sábados é oferecido apenas o almoço. Frequentado não apenas pelos estudantes, mas também por professores, servidores técnico-administrativos e terceirizados, é possível afirmar que ele é muito mais do que mero espaço para refeições. Numa universidade com as particularidades contextuais vividas como é o caso da UNILAB, pode-se dizer que o RU serve como um importante lugar de integração para seus estudantes, de diferentes nacionalidades, mas, sobretudo, para os africanos que uma vez longe de casa só têm ao RU como melhor opção para realizar suas refeições; pois, o RU permite o encontro não apenas de brasileiros com brasileiros, de africanos com africanos, mas, principalmente, de brasileiros com africanos e tais encontros ocorrem a partir de uma lógica transgeracional, ou seja, estudantes que ingressaram em períodos letivos diferentes acabam se conhecendo pelas oportunidades fomentadas pelos encontros no RU. Uma vez no RU, pode-se promover um diálogo entre esses estudantes e criar afinidades, não só por serem angolanos, mas por fazerem parte da mesma instituição acadêmica.

Além do RU, a UNILAB, desde 2014, disponibiliza quatro ônibus que ligam os três campi: “Liberdade – Auroras”, “Palmares – Auroras” e dois que perfazem a rota “Liberdade-Palmares”. No entanto, fora dos horários e das paradas estabelecidas, os estudantes têm de se deslocar por meios próprios, utilizando o ônibus intermunicipal e os transportes alternativos, popularmente conhecidos por “topics”, ao preço unitário de uma passagem no valor de R\$ 1.50 (um real e cinquenta centavos). É importante assinalar que as carteiras estudantis que asseguram o direito a pagar o valor de meia passagem só passaram a ser emitidas para os estudantes da UNILAB em 2016 (TCHAM, 2016, p.300).

Mesmo existindo uma distância geográfica e também um distanciamento político em relação à comunidade de estudantes africanos residentes em Fortaleza, a comunidade estudantil africana residente nesses dois municípios do Maciço de Baturité vivencia um clima semelhante ao experimentado na capital cearense: desconfiança; agressões físicas e verbais; acusações de tentativas de estupro; estupro; insegurança; furtos; assaltos; dificuldades de acesso aos serviços de saúde básica; e, situações de preconceito e discriminação racial, envolvendo xenofobia (TCHAM, 2016, p. 301).

Contudo, apesar de se assemelharem em vários aspectos, sobretudo naqueles relacionados às questões de segurança e saúde, no que diz respeito ao apoio ofertado por suas respectivas IES, os estudantes africanos da UNILAB se diferenciam de seus conterrâneos

integrados à UFC. Quanto às políticas de assistência estudantil, enquanto a UFC que é receptadora de estudantes africanos via PEC-G não oferece nenhum suporte em relação à moradia ou à concessão de auxílios, a UNILAB, ainda que com dificuldades, vem assegurando minimamente uma política de acolhida e de permanência desses estudantes africanos através da recepção no aeroporto e da disponibilização de estadia por acolhimento solidário até dois meses – tempo estimado pela instituição para que os recém-chegados se enquadrem no meio acadêmico e comecem a receber os auxílios necessários à sua permanência. Vale lembrar que a disponibilização dessa estadia, até 2016, se estendia por três meses; mas, a partir da primeira entrada de 2017 foi reduzida, passando a ser por apenas dois meses devido à falta de condições financeiras por parte da UNILAB para pagar o espaço onde os estudantes eram acolhidos desde sua chegada.

A falta de alojamento para os alunos africanos na UFC ao chegarem ao Brasil constitui um grave problema, recorrentemente destacado na fala dos entrevistados; pois, estando eles na condição de estrangeiros recém-chegados e ainda sem muita experiência fora do seu país de origem, ter que chegar ao Brasil e se instalar por conta própria é, sem sombra de dúvidas, algo que imprime bastante insegurança.

Nesse sentido, a solidariedade brasileira apresenta ambiguidades. No entanto, é possível apontar, de forma hipotética, que as condições estruturais de cada um dos Estados colaboram para essa desigualdade. Angola ainda está em fase de reconciliação nacional e, portanto, com um sistema jurídico e também legislativo sendo estruturado. A educação também está sendo organizada e numa proporção diferente do que ocorre no Brasil, embora os investimentos sejam orientados por uma mesma ideologia (SILVA, 2017, p. 279).

Por mais que tenham sido desenvolvidos esses acordos de cooperação com o Brasil na área do ensino superior, em Angola ainda está ocorrendo um lento processo de recuperação dos danos causados pela guerra civil.

Contudo, torna-se pertinente aqui levantar a questão até que ponto o governo angolano se compromete com esse projeto, nota-se a falta de comprometimento do governo angolano com os angolanos que saíram do país em busca de uma formação superior. Pouco se sabe sobre a UNILAB em Angola, especialmente nos órgãos governamentais, uma vez que ela surge na proposta de aproximar os povos e estreitar os laços, de quem seria a responsabilidade de fazer com que esse projeto se materialize, a quem está incumbida a responsabilidade de falar e mostrar a importância desse projeto em Angola. Então é necessário que essas questões sejam levantadas para que possamos não ser agentes passivos dentro de uma cooperação que

se propõe formar quadros para o país, quando o próprio Estado não cria mecanismos para amparar esses mesmos angolanos que saem do país em busca de uma formação superior.

Em conversa com os angolanos que cursaram o ensino superior na UNILAB nos diversos cursos oferecidos pela universidade, falam sobre a falta de comprometimento do governo com o projeto UNILAB. Quando se fala aqui da falta de compromisso do governo angolano para com os estudantes que fazem o ensino superior no Brasil, especialmente dos que estão nas instalações da UNILAB.

Esses estudantes acrescentam ainda que o governo deveria criar uma política específica que cuida dos estudantes que decidem fazer o ensino superior fora do país, Angola tem uma instituição que cuida especificamente dos angolanos que estudam fora do país, mas infelizmente muitos mesmo aprovados nas etapas para serem bolsistas acabam não recebendo o auxílio dessa instituição pela má gestão dos recursos da mesma e a corrupção que acontece dentro dela.

Considerações finais

A análise histórica das relações entre Brasil e Angola mostra que estas foram se solidificando após a independência de Angola. O direito à educação é considerado como um ganho de paz, trazendo facilidades ao acesso do ensino superior e muitas outras oportunidades de formação para os/as angolanos/as.

O PEC-G como já foi mencionado ao longo deste trabalho surge no contexto da cooperação técnica e apresenta-se como programa mais antigo do âmbito educacional do governo brasileiro. Com isso, muitos angolanos têm se beneficiado deste programa, que apesar de algumas limitações que o mesmo apresenta eles ainda optam por vir através do PEC-G porque ele oferece uma vasta oferta de cursos e possibilidades de estudar nas mais diversas universidades públicas do Brasil, e o PEC-PG criado na mesma lógica também oferece vagas de pós - graduação no Brasil, e como bolsistas muitas vezes do INAGB, os angolanos permanecem no Brasil para dar seguimento a sua formação.

Contudo, observou-se que em Angola, depois da guerra, os problemas sociais permanecem de forma ampla no novo contexto político, constituindo assim um fator muito preocupante, uma vez que a educação foi negada a milhares de angolanos/as durante o período de guerra. No contexto atual, podemos perceber que o relacionamento entre Brasil e Angola inspira um novo modelo da política externa, sendo essa impulsionada pela reorientação da política brasileira durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A Unilab aparece como importante espaço de fortalecimento e instrumentalização das parcerias educacionais, culturais e técnicas entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, (PALOPs).

Observou-se com essa pesquisa que para que haja uma formação de qualidade, é necessário que se faça investimentos, muito mais que formar quadros no exterior, é preciso apostar na formação de qualidade dentro do país e implementar políticas que amparam pessoas que não têm condições de permanecer numa instituição de ensino superior. É dever do Estado garantir uma formação de qualidade, e de criar recursos para que o sistema de ensino seja igualitário.

Angola ainda carece de recursos para manter em rigor uma formação superior de qualidade, assim sendo, entende-se que o governo angolano precisa criar condições e políticas públicas para orientar e garantir um ensino público de qualidade, incentivando um ensino mais voltado a pesquisa, no intuito de melhorar o ensino no contexto geral. Esperamos ter mostrado com esta monografia que as relações entre Brasil e Angola se desdobram em

dinâmicas sociais concretas cujas implicações são, sobretudo, as trocas e os empréstimos culturais, o fortalecimento de redes de sociabilidade, e, principalmente, a reconstrução das identidades nacionais africanas a partir de uma consciência de ser e estar em diáspora.

Também se reforça com esta investigação a necessidade continuar a investir na manutenção desses acordos de cooperação Sul-Sul, por meio reconhecimento das relações políticas e históricas que irmanaram as duas nações separadas apenas geograficamente pelo Oceano Atlântico; e, por outro, pela carência objetiva de ambas as partes: por parte do Brasil, de se resolver internamente com sua formação cultural pautada no racismo e nisso podemos contribuir com os/as brasileiros/as ajudando-os/as a superar esse racismo histórico legado desde a escravidão; e, por parte de Angola, pela necessidade de suporte técnico-científico na formação de nossos quadros intelectuais.

Por fim, esperamos ter evidenciado com este estudo que apesar das dificuldades enfrentadas aqui no Brasil, os/as estudantes africanos/as, de modo geral, e os/as angolanos/as de modo específico, têm conseguido se constituir enquanto uma comunidade.

Questionário submetido aos alunos da Unilab Ceará e da Bahia

- 1- Quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante o processo seletivo na Unilab?
- 2- Ao chegar no Brasil quais foram as dificuldades enfrentadas?
- 3- Como veem a participação do governo angolano no projeto Unilab? Se recebem algum apoio do mesmo? Se suas famílias têm conseguido ajudar eles a partir de Angola?

Questionário para os estudantes da UFC vindos pelo PEC-G

- 1- Sabendo que o PEC-G é um programa que não oferece alojamento, por que escolheram vir pelo mesmo?
- 2- Como tem sido a participação do governo angolano com a vinda dos estudantes pelo programa, se recebem algum tipo de bolsa de Angola?
- 3- Posto no Brasil, quais foram as principais dificuldades enfrentadas por eles, uma vez que eles chegavam e não tinham uma recepção por parte da universidade ou um alojamento para se instalarem numa primeira instância?

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. **Conselho de Ministros**. Disponível em: <file:///C:/Users/Lab01/Downloads/Normas%20Gerais%20Reguladoras%20do%20Ensino%20Superior.pdf>. Acesso em 25 set 2020.
- AYLLÓN, Bruno. **La cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales**. Carta internacional, São Paulo, v.2, nº2, 2007.
- BACKS, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H; LUNARDI, V. L. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**. *Revista: O mundo da saúde*, São Paulo, 2011; 35 (4): p. 438-442.
- BARROS, D.; NOGUEIRA, S. G. **Cooperação Educacional Internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**. *Revista de Estudos Internacionais*, Paraíba, vol. 6, n 2, 2015, p.117 – 133.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SOARES, Mário. **O mundo em português: um diálogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- CARRION, Rosinha M; ULLRICH D. R. **A cooperação brasileira na área da educação nos Palops no período 2000-2012: principais atores e projetos**. *Revista Social e Humana*, v.27, nº 1, janeiro – abril, UFSM-RGS, 2014, p.146-160.
- CARVALHO, P. **Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola**. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2012, p.248-249.
- COELHO, M. N. **Memórias de Angola e vivências no Brasil: educação e diversidades étnicas e raciais**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal São Carlos, 2008.
- CPLP. **Declaração Constitutiva**. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-3869.aspx>>. Acesso em: 20 fev 2020.
- GOMES, Nilma Limo; VIEIRA, Sofia Lerche. **Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira (UNILAB)**. *Revista Lusófona de Educação*, n 24, p. 81-95, 2013.
- GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Educação a Distância. Belo Horizonte- MG: Anima Educação, 2014.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados**. Campinas- SP: Editora Unicamp, 2008.
- KRAYCHETE, Elsa Sousa; et al; **Cooperação Sul-Sul Angola e Brasil: um primeiro estudo de caso**. *Revista PAD*, Bahia, setembro, 2013.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFC, Fortaleza, 2016.

LEITE, Patrícia S. **O Brasil e a Cooperação Sul- Sul em três momentos da Política Externa:** os governos Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Relações Internacionais. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.

LIBERATO, E. **A Formação de quadros angolanos no exterior: Estudantes angolanos em Portugal e Brasil.** *Cadernos de Estudos Africanos* [online], 2012.

LIBERATO, E. **A Importância da Cooperação Internacional na Formação Superior de Angolanos.** *Revista Horizontes*, Lisboa, v. 35, n. 1, jan./abr. p. 121-132, 2017.

MALLMAM, Maria Izabel. **Relações políticas internacionais: como entende-las?** *Revista de ciências sociais*. v. 5, n. 2, jul, Porto Alegre- RS, 2005.

MANZUR Tânia Maria P. G. **A Política Externa Independente (PEI):** Antecedentes, Apogeu E Declínio. *Revista Lua Nova*, São Paulo, nº 93, 2014, p. 169-199.

MARIZ, Silviana Fernandes. **A produção Acadêmica sobre as Relações etnicorracias no Brasil e no Ceará:** A construção do Afrodescendente. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em educação brasileira. Universidade Federal do ceara, Fortaleza, 2012.

MEC- Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br>>. Acesso em 10 Mai 2020.

MENEZES, Solival. **MAMMA ANGOLA: sociedade e economia de um país nascente.** 1 ed. Editora: Edusp, 2000.

MUÑOZ, Enara Echart. **Uma visão crítica da cooperação Sul Sul:** práticas, atores e narrativas. *Cadernos do CEAS*, Salvador/Recife, n. 241, p. 392-417, mai/ago 2017.

NETO, Walter António Desiderá. **A cooperação internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional:** um levantamento teórico. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro v. 13 n. 2 p. 115-128, jan. 2020.

OLIVEIRA, Odete Maria. **Relações Internacionais:** estudos de introdução. 2 ed. Editora Juruá, São Paulo, 2004.

PEC-G: Programa de Estudantes Convênio de Graduação. <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em 20ago2020.

PENNA FILHO Pio e MORAES, Antônio Carlos. **O Itamaraty e a África:** as origens da política africana do Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 39, jan. - jul. 2007, p. 57 - 81.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Relações entre o Brasil e a África.** Brasília. RBPI vol 43, número 001 p.05-23. 2000.

PINHEIRO, Leticia. “**Ao vencedor, as batatas**”: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*- FGV, v. 1, n 39, São Paulo SP, 2007.

PRODANOV, C. Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, 2013.

RAMOS, Barbara Oliveira. **A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre atuação da agência Norte americana para o desenvolvimento internacional (USAID) no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília: Instituto de Relações Internacional, Brasília, 2006.

SILVA, Hilton P; MOREIRA, Henrique V. **O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), a experiência da Casa Brasil-África e a internacionalização na Universidade Federal do Pará**. IN: FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra et al (org.). Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul. Belém: UFPA; Praia, Uni-CV, 2017, p. 249-272.

SOUSA Melânia T. Baptista. **Cooperação Sul-Sul: uma visão sobre as relações Brasil-Angola no campo do ensino superior (2003- 2010)**. Monografia (graduação)- Bacharelado em Humanidades. Universidade Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), Redenção, 2017.

SOUSA, Rafaelle Leite de. **Política pública de ensino superior: a expansão no Brasil e em Angola**. IN: FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra et al (org.). Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul. Belém: UFPA; Praia, Uni-CV, 2017, p. 273-292.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará**. Brasil/Canadá. *Revista Canoas*, v. 16, n. 1, 2016, p. 256–293.

TCHAM, Ismael; **Sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

UNILAB- Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. <<http://unilab.edu.br/>>. Acesso em 17 jun 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e os Países Emergentes: nova partilha ou cooperação Sul - Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **África e as Potências Emergentes: o Sul e a Cooperação Profana**. *Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais*, Londres, v.3, n.5, Jan-Jun, p. 41-68, 2014.

WANGO, Loias Sara Bernardo. **Mobilidade Acadêmica Internacional, Integração e Interiorização dos Estudantes angolanos da UNILAB**. Monografia (graduação) - Bacharelado em Humanidades. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção 2017.